

William Waack

Semana que vem, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, vai outra vez a um país estranho. Principal potência do planeta, em cinco anos os Estados Unidos se transformaram no maior devedor do mundo. Seu governo toma por ano no exterior mais do que toda a dívida externa brasileira.

Logo depois da 2ª Guerra Mundial, os americanos produziam 40% das riquezas do mundo. Hoje, não chegam a 25%. Seu pedaço no comércio internacional caiu de 22 para 9,5%. Durante décadas, esse mesmo americano viveu confiando na subida de seu padrão de vida. Foi assim até o começo dos anos 70. Atualmente, seus ganhos reais estão no mesmo nível de 1962.

É um país, além disso, que anda perdendo confiança. Alguns problemas, como pobreza, drogas e criminalidade, resistiram a todos os esforços para resolvê-los. Outros, como a competitividade de sua outrora irresistível indústria, ainda nem chegaram ao ponto mais grave.

Do Watergate ao Irangate — já se vão quase 15 anos — há uma profunda crise em torno da figura venerada do presidente americano. Ele voltou à estatura de um ente de carne e osso, com mais defeitos do que virtudes. A ausência de verdadeira liderança política e moral só pode ser compensada pela falta de alternativa convincente por qualquer outro. Ao que parece, Ortega, Kadhafi e Khomeini não estão à altura do Che, Fidel ou Ho Chi Minh.

É impossível imaginar o funcionamento desse país sem o impressionante aporte de capital estrangeiro, especialmente japonês e alemão. O Japão, aliás, substituiu os Estados Unidos desde 1981, como principal nação credora do mundo. A última vez em que isto ocorreu foi em 1914, quando a Grã-Bretanha cedeu esse lugar aos EUA.

A desvalorização do dólar não é a única expressão da perda de hegemonia econômica americana. Acabou-se a era da expansão da *multi* ianque. Rockefeller e Nixon provavelmente poderiam passear por capitais latino-americanas sem medo de pedras. Alemães e japoneses, mas também ingleses, franceses e até italianos compram avidamente firmas americanas.

Da perspectiva de qualquer ministro de país menos desenvolvido, periférico e tecnologicamente dependente, como o Brasil, a decadência americana é, contudo, um desses fascinantes dilemas sobretudo teóricos. A deterioração é real, mostra até que a história pode estar do meu lado, mas não refresca minha posição.

Pois embora cada vez mais interligados e dependentes da economia internacional, os Estados Unidos continuam agindo com enorme relutância em submeter suas políticas a qualquer tipo de coordenação, quanto mais supervisão. As autoridades em Washington comportam-se não só para desespero de brasileiros, como se a economia americana fosse completamente fechada e o mundo tivesse de seguir automaticamente sua liderança.

A já tão famosa política do déficit fiscal americano não é exemplo isolado. Alguns analistas atribuem ao comando do *Federal Reserve*, o Banco Central americano, quase tanta responsabilidade na eclosão da crise do endividamento internacional, em 1982, quanto a negligência de banqueiros ou governos subdesenvolvidos. A política de elevação da taxa de juros, adotada pelo *Fed* por motivos domésticos, transformou-se em cataclismo para economias não só como a do Brasil.

Atualmente, o sistema financeiro e bancário americano corre o risco grave de sofrer severos danos. Boa parte da ameaça é representada pela dívida de países latino-americanos, o Brasil à frente de todos. Nesse sentido, a *maneira imperial* (*The Economist*) com a qual o secretário do Tesouro americano, James Baker, despachou a proposta que seu colega brasileiro trazia para renegociar parte da dívida do Brasil equivale, nas relações internacionais, ao que os freudianos chamam de *Ah! Erlebnis*: a súbita descoberta de um fato óbvio e sempre presente, mas que havia permanecido irreconhecido.

O governo americano não está disposto a colocar em xeque seu precário sistema financeiro por culpa de países como o Brasil. No caso do México, as coisas são diferentes, como já mostrou qualquer filme de faroeste. Para o Brasil, o tamanho do porrete aumenta com a distância geográfica.

A proposta de Bresser, que depois nem era proposta, sugere um caminho que muitos analistas consideram tecnicamente exequível, eticamente justo e economicamente razoável: a *securitização* da dívida de países como o Brasil. Ou seja, a transformação de parte dos débitos em papéis garantidos por algum tipo de fiador. Resta saber se é politicamente viável.

Por falta de visão política, à espera de novas eleições presidenciais e também por apego a uma tradicional (ainda que deteriorada) posição de força, a administração americana não mostra grande sensibilidade a esse tipo de proposta. Os americanos têm se esforçado, por exemplo, em conseguir dinheiro japonês para ajudar a resolver o problema da dívida, mas de maneira alguma pensam em repartir poderes no Banco Mundial.

Se alguma coisa Bresser e Funaro conseguiram, com trapalhadas ou não, foi ter transformado a questão da dívida em problema político. Inegavelmente, Baker falou em nome dos banqueiros privados, na semana passada. Não só os bancos, mas também os governos na Europa e no Japão estão ansiosos à espera de algum sinal de Washington.

Mesmo na próxima reunião anual do FMI, para a qual na semana que vem Bresser viaja, é difícil esperar qualquer impulso decisivo a longo prazo por parte dos governantes americanos. Para os negociadores brasileiros, isto exigirá uma dose, até agora pouco demonstrada, de visão, dotes diplomáticos e controle dos nervos que raramente surgem juntas. Caso contrário, o Brasil continuará cheio de razão, mas voltará apenas como campeão moral.